



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra está inevitavelmente associado a uma inestimável memória histórica, desenvolvida pelo carisma da sua fundadora, a Rainha Santa Isabel, e pelas marcas que nele deixou quando o escolheu para cenário dos seus últimos anos de vida e lhe legou os seus restos mortais.
- No início do século XX, foi classificado como Monumento Nacional e sujeito a variadas obras de restauro, continuando, no entanto, a sofrer com as cheias do rio Mondego.
- Em 2008 ficaram concluídos os trabalhos referentes a um ambicioso projeto de recuperação e valorização do Mosteiro, tendo o seu custo ascendido aos 16 milhões de euros - 6 milhões dos quais no sistema de contenção de águas.
- No passado dia 11 de janeiro de 2016, as águas do rio Mondego voltaram a inundar o Mosteiro, inclusive causando perdas de equipamentos no Centro Interpretativo, diversos materiais e de documentos.
- A Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC) já afirmou que o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha vai estar encerrado "durante meses" devido às cheias que ocorreram em Coimbra para obras de recuperação e restauro, e os custos serão de milhares de euros.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Cultura, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Que ações é que o Ministério da Cultura já desenvolveu ou está a considerar desenvolver no sentido de apurar as causas das inundações verificadas no Mosteiro de Santa de Santa Clara-a-Velha, depois de todas as obras que ali foram realizadas e todos os montantes gastos para resolver tal problema?

2 – Vai ou não o Ministério da Cultura iniciar um processo para a averiguação de todas as responsabilidades no ocorrido?

3 – O Ministério da Cultura tem já um relatório de todos os danos e dos custos da sua recuperação/restauro? Se sim, quais são?

4 - Quando é que o Ministério da Cultura prevê que o Mosteiro possa voltar a funcionar em pleno?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)